

## RECENSÕES

DARNTON, Robert — *Le Grand Massacre des Chats. Attitudes et croyances dans l'ancienne France*, Paris, Editions Robert Laffont, 1985, 282 pp.  
(Título original: *The Great Cal Massacre*, Basic Books Inc., 1984).

«Esta obra propõe-se explorar as maneiras de pensar o mundo na França do século XVIII». Desta forma R. Darnton introduz o seu objecto de estudo, todo ele centrado na cosmologia das gentes simples, visando a interpretação das suas ideias do mundo e a análise das suas atitudes e comportamentos.

Distanciando-se da história intelectual, reclama-se um historiador das mentalidades, ou da cultura<sup>1</sup>, na medida em que esta trata a nossa própria civilização e por isso esta história está próxima da Antropologia. Recusa a história quantitativa<sup>2</sup> como tendência dominante da história das mentalidades, defendendo que os objectos culturais não são fabricados pelo historiador mas sim pelos grupos humanos que esse historiador escolheu estudar e como tal, mais do que contados, eles devem ser lidos. É neste âmbito que mais acentuadamente se faz sentir a sua crítica à historiografia francesa do 3.º nível, salientando a sua excessiva quantificação e a subestimação do elemento simbólico nas relações sociais. Considera que a ligação história cultural/história social forneceu relativamente poucos resultados e poucas respostas<sup>3</sup>; a convergência ideal, na sua opinião, aquela que permite atingir as dimensões sociais das significações é a da história cultural com a Antropologia. Esta história antropológica tem muitas afinidades com a literatura, promove a emancipação da expressão individual no cenário da linguagem geral. A cultura é idiomática e pode ser reencontrada através da pesquisa histórica — as «gramáticas culturais» são os arquivos do Antigo Regime. O documento permite sempre novas questões, a dialéctica texto/contexto e permanente.

Esta noção de releitura atravessa, com efeito, os seis absorventes capítulos desta obra que recebeu o «Los Angeles Times Eook Award» como melhor livro de História de 1984. E se a originalidade é nota dominante a nível da metodologia adoptada, é-o também na selecção do «corpus» documental, aliás em grande parte publicado em apêndices. São textos narrativos, alguns quase insólitos, afastados dos padrões convencionais, que à luz de uma nova intenção interpretativa nos sugerem pistas novas, evocando o surpreendente e o habitual nas mentalidades francesas do século XVIII. Nestes seis ensaios, que o autor considera não se tratar de uma sucessão de casos tipos, ele busca as diferentes vias da interpretação cultural. No primeiro essa via é a exegese do folclore, a penetração no mundo mental dos analfabetos do século das luzes com base nos contos de Perrault. O contexto essencialmente camponês evidencia formas características da transmissão oral em relação com o imaginário popular.

<sup>1</sup> O autor salienta a inexistência da expressão «história das mentalidades» nas línguas anglosaxónicas, sendo utilizada a expressão «história da cultura».

<sup>2</sup> Tendência que o autor diz ser dominada por Pierre Chaunu.

<sup>3</sup> O autor refere os nomes de Ariès, Vovelle e Stone.

A fonte utilizada no 2.º ensaio está também impressa, datando o manuscrito original de 1762<sup>4</sup>. Esta narração evoca uma revolta de tipógrafos que revela aspectos semelhantes aos dos tradicionais charivaris e culmina com um sangrento massacre de gatos. Perpassa neste ensaio um aturado estudo dos sentimentos e do significado profundo dos elementos envolvidos, no contexto urbano da industrialização nascente. A violência é também susceptível de releitura e mais do que em qualquer outro capítulo, o autor adverte-nos dos perigos do anacronismo e da necessidade de libertação do falso sentimento de familiaridade com o passado, mesmo que ela se faça à custa de «choques culturais».

A intenção de descobrir a dimensão social do pensamento é evidente no terceiro estudo, baseado num texto anónimo de 1768, escrito por um cidadão de Montpellier<sup>5</sup>. A multiplicidade de informação sobre a cidade, o detalhe minucioso, a importância conferida ao escalonamento social e à economia urbana, revelam a óptica do autor, uma visão burguesa provinciana.

No 4.º ensaio R. Darnton pretende esboçar uma sociologia da «intelligentsia» do Antigo Regime, bem como a maneira pela qual um agente da polícia parisiense tenta compreender o aparecimento de um novo tipo social: o «filósofo». A fonte utilizada é manuscrita e inédita, trata-se de 150 relatórios escritos entre 1743 e 1753, plenos de informações sobre os intelectuais, suas actividades e obras.

Grandes pensadores como Diderot e Rousseau contribuem para a modelação de formas de pensamento, por isso, a distinção entre cultura de elites e cultura popular não é real para este investigador americano; os ensaios sobre a estratégia epistemológica da Enciclopédia<sup>6</sup> e sobre o correio dos leitores de Rousseau com provam-no. No primeiro salienta o reconhecimento por parte dos enciclopedistas da ligação entre saber e poder, no outro sublinha a construção da sensibilidade romântica assente na transformação realizada entre autor e leitor, encetando um processo de comunicação que ultrapassa a literatura e influenciará gerações de românticos e revolucionários.

Duas impressões finais desta obra, que mais são uma certeza e uma interrogação: da leitura apaixonante, mas que validade/utilidade da História antropológica? Fiquemos com as palavras de uma historiadora que também se debruça sobre os problemas da sociedade e da cultura: «A Antropologia pode aumentar as nossas possibilidades. Permite-nos retirar as vendas e adoptar uma nova perspectiva a partir da qual podemos abranger o passado, para assim descobrirmos, na paisagem aparentemente familiar dos textos históricos, sobretudo aqueles momentos que desconhecíamos e nos surpreendem»<sup>7</sup>.

*Mª Conceição Meireles Pereira*

LICHARDUS, Jan, LICHARDUS, M. — ITTEN, BAILLOUD, CAUVIN, J. e outros, *La Protohistoire de l'Europe. Le Néolithique ou l'on Chalcolithique entre la Méditerranée et la mer Baltique*, Paris, P.U.F., 1985, Col. «Nouvelle **Clio**», n.º 1 bis, 460 pp. 53 il.

<sup>4</sup> Nicolas Contat, *Anecdotes typographiques ou l'on voit la description des coutumes, moeurs et usages singuliers des compagnons imprimeurs, présentés par Giles Barber*. Oxford, 1980.

<sup>5</sup> «Montpellier en 1768 d'après un manuscrit anonyme inédit». Archives de ville de Montpellier, Montpellier, 1909.

<sup>6</sup> Robert Darnton é também autor de «Aventure de l'Encyclopédie», (Perrin, 1982),

<sup>7</sup> Natalie Z. Davies, «Anthropology and History in the 1980s».

É sem dúvida de saudar a publicação deste novo volume da colecção «Nouvelle Clio», na qual têm colaborado alguns dos maiores nomes da historiografia francesa contemporânea, tomando tal colecção uma das referências bibliográficas fundamentais, tanto para estudantes como para investigadores. A organização tripartida dos volumes (fontes, conhecimentos obtidos, problemas pendentes e linhas de pesquisa a desenvolver) dá-lhes um carácter dinâmico e polivalente.

Quantos de nós, que nos acercámos da Arqueologia a partir dos anos 60-70, e procurámos acertar o passo com a metodologia moderna, não começámos por ter como guia, na classificação dos artefactos, os «quadros de morfologia descritiva» que vinham, insertos no fim do livrinho dirigido por Leroi-Gourhan, primeiro volume desta colecção? Entre outros, os seus capítulos sobre Epipaleolítico-Mesolítico e sobre Neolítico, bem como as sínteses problemáticas finais sobre a «arte rupestre» e o «megalitismo», ainda hoje são muito úteis. Sem dúvida que nessa obra se afirmava, junto do grande público, unia «escola parisiense» de Pré-história. Mas muitas eram, necessariamente, as lacunas do livro, impossíveis de colmatar em tão pequeno manual, o que não permitia dar à Pré-história, no contexto da colecção, a importância que ela merece, tanto mais que o seu 2.º volume tratava já do Próximo Oriente, incidindo principalmente na fase «civilizada».

Por isso este novo volume foi acolhido com expectativa, mas também com alguma surpresa, pelo plano escolhido e pelas grandes omissões que ele contém. Como nos é explicado no prefácio, a ideia original, da autoria de dois grandes arqueólogos precocemente desaparecidos (J. Deshayes e B. Soudsky, ambos professores da Universidade de Paris I) seria mais ambiciosa. Visava-se cobrir o Neolítico, o Calcolítico e o Bronze Anlgo do Próximo Oriente e da Europa. Jan Lichardus retomou a direcção do projecto, após a morte daqueles investigadores, excluindo para já desta obra a zona do Egeu e o Bronze Antigo, que serão abordados num próximo volume da mesma colecção. Ficámos assim reduzidos a uma *sobreposição* de três grandes blocos temáticos, um sobre a neolitização do Próximo Oriente, outro sobre o Neolítico e o Calcolítico na Europa oriental, central e nórdica (a Europa mediterrânica só muito parcialmente e abordada), e outro sobre o Neolítico e Calcolítico em França. O responsável pela obra considerou assim regiões como a Península Ibérica, o Sul da Itália, as Ilhas Britânicas, e outras, como paramente «periféricas», casos particulares de «fenómenos mais gerais», com um papel apenas «secundário» na evolução cultural, (p. 8). Não podemos deixar de discordar frontalmente de tal opção, porque assim se escamoteou uma das facetas mais interessantes da Pré-história recente europeia: a pluralidade de processos evolutivos que nela se nota, e a precocidade e originalidade de tantos fenómenos culturais que caracterizam precisamente muitas das zonas «periféricas» do continente Bastaria apontar o caso do megalitismo atlântico, a mais antiga arquitectura durável do mundo (que é abordado no livro, mas de forma fugaz), e o do Calcolítico da Península Ibérica, no qual só desenvolvem fenómenos da importância, por ex., da «cultura» de Los Millares, com as suas formas de organização do espaço, de arquitectura **«militar»**, de hierarquização social, já tão complexas. São aquisições que estuo entre as mais notáveis da Europa pré-histórica.

De facto, pensamos que o Mediterrâneo é um eixo fundamental para a compreensão deste período. Com uma geografia acidentada, e inúmeras ilhas, gerou particularismos culturais que não podem ser ignorados numa visão pan-europeia. Por outro lado, a fachada atlântica, «fim do mundo» de então, embora receptiva a estímulos oriundos, em última análise, da Europa Central e do Próximo Oriente, tem uma especificidade **cultural** bem marcada, que muito enriquece a nossa compreensão da evolução social durante o Neolítico e o começo da «Idade dos Metais».

A visão que resulta desta obra é pois truncada, além de que as várias partes que a compõem surgem como que «coladas», *sem a devida homogeneidade*, sem a perspectiva de síntese e a capacidade de traçar linhas de força a grande escala, do que a escola inglesa nos tem dado ultimamente excelentes testemunhos, como é o caso da «Prehistoric Europe» de Champion e outros (Academic Press, 1984). Quando produzirá a França, cuja ciência pre-histórica se mostra tão pujante em obras de natureza mais descritiva, como por ex. os 3 vols. de «La Préhistoire Française» editados em 1976, vultos capazes de ombrear, nos aspectos teóricos e de síntese, com um G. Childe, um L. Binford, um C. Renfrew? Sem dúvida que a obra de Jean Guilaine, por ex., é uma das nossas? esperanças nesse sentido (este autor anuncia-nos para breve uma síntese, justamente, sobre a Pré-história recente do Mediterrâneo— v. «Clio/Arqueologia», n.º 1, 1983/84, p. 166). Mas muito do que se escreve em França continua, a nosso ver, a enfermar de um certo «medo de ultrapassar a positividade dos factos», quando sabemos que, por vezes, é necessário «desfocarmos» os detalhes para colher uma perspectiva mais ampla, mais abstracta, mais compreensiva em termos históricos. A síntese é um nível específico de rigor e, embora sempre precária, é ela que orienta e conduz, em cada momento, a análise. Por outro lado, sem cair nos exageros teoricistas de alguns autores de língua inglesa, cremos que é necessário tentar cada vez mais, em Pré-história, atingir os fenómenos estruturais, que são o todo social evoluçionando num dado meio ambiente, ultrapassando, em obras deste género, os dados arqueológicos em sentido estrito. A **tradição** positivista, e a forma de encarar a construção da Pré-história como um processo essencialmente indutivo e empirista, têm-se, de facto, revelado extremamente tenazes. Conviria assentarmos definitivamente no descabido da oposição entre os «teóricos» e os «práticos» da Arqueologia (veja-se sobre isso a ironia de Binford no prefácio de «In Pursuit of the Past», 1983). Trata-se de uma dicotomia **simplista** e profundamente enganadora. O que importa é progredir na metodologia de campo e de laboratório, ao mesmo tempo que se progride na conceptualização dos dados, na busca de novos modelos interpretativos.

Uma nota ainda para o pendor marcadamente difusionista que apresenta toda a segunda parte da obra, e que tem muito a ver com a concepção global desta. O Neolítico europeu, por ex., é visto quase como um «sub-produto» do Próximo Oriente, não se discutindo suficientemente hipóteses alternativas e passando-se por cima da complexidade do assunto (para uma visão diferente consulte-se, por ex., R. Dennel, *European Economic Prehistory. A new approach*, Londres, Academic Press, 1983, caps. 8 e 9).

E no entanto, apesar do que fica dito, o livro em apreciação é extremamente útil. Porque divulga a Pré-história de uma larga parte da Europa que nos é pouco familiar, e todavia tão fundamental. Porque contém uma excelente síntese sobre o Neolítico da Ásia Anterior, da autoria de J. Cauvin, a qual dá achegas para uma visão mais estrutural da evolução do que a que permitiam os clássicos livros de Mellaart sobre o assunto. Porque discute importantes questões terminológicas, nas páginas de abertura sobre o Neolítico europeu. Porque inclui interessantes sugestões sobre o Neolítico francês, daquele que foi o seu primeiro sintetizador, G. Bailloud, etc, etc.

Um reparo final para o carácter limitado da terceira parte, relativa a «problemas e direcções de pesquisa». A justificação apresentada por Lichardus, de se não pretender repetir assuntos já abordados no vol. 1 da colecção, não nos apreça premente, uma vez que 20 anos passaram sobre a publicação daquele trabalho, e muitas são as questões metodológicas que entretanto surgiram.

AZEREDO, Carlos de—As populações a norte do Douro e os franceses em 1808 e 1809, Porto, Museu Militar, 1984, 261 pp.

<sup>1</sup> Carlos de Azeredo, oficial general do Exército Português, publicou, em fins de 1984, em edição do Museu Militar do Porto, um trabalho intitulado *As populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*.

Em termos quantitativos, trata-se de um volume de boa apresentação gráfica (composto e impresso na Imprensa Portuguesa, Rua Formosa, Porto) com 262 páginas, que o índice distribui da seguinte maneira: explicação prévia (pp. 5-8); os antecedentes pp. 9-22); 1808 — A revolta do Porto e a incursão de Loison (pp. 23-51); 1809 — A segunda invasão (pp. 51-205); a retirada do Marechal Soult (pp. 205-233); bibliografia (pp. 235-240) e, finalmente, um índice remissivo (pp. 241-260).

Fará além da reprodução de uma gravura referente ao Plano dos Uniformes para o Exército (p. 17), esta obra de Carlos de Azeredo é profusamente ilustrada. Não se trata, porém, de uma decoração gratuita, mas de um complemento gráfico indispensável, que o autor, aliás, se esqueceu de referenciar num terceiro índice... Fazemo-lo, por ele.

— Instruções de Napolcío para a 2.ª invasão (1809) — esquema gráfico (p. 55); Dispositivo de Soult na Galiza entre 3 e 8 de Fevereiro de 1809 (p. 67); Dispositivo das Forças na Galiza e Alto Minho — 10/16 de Fevereiro de 1809 (p. 69); Dispositivo das Forças na Fronteira de Chaves, 6/7 de Março de 1809 (p. 81); Tentativa de Soult de duplo envolvimento das posições de Silveira (p. 89); Marcha do II Corpo Soult entre Chaves e Braga (p. 93); O ataque de Soult a Carvalho d'Este — uma possível reconstituição (p. 105); Dispositivo de Soult em torno de Braga — 20/25 de Março de 1809 (p. 111); Dispositivo de Soult para a passagem do Ave (p. 117); Defesas da Cidade do Porto (p. 121); Situação das Forças do II Corpo entre 8 e 10 de Abril de 1809 (p. 139); Dispositivo das tropas do Brigadeiro Silveira nas posições Manhufe/Pidre no dia 10 de Abril de 1809 (p. 161); Defesa da Ponte de Amarante — 1809 (p. 171); Defesa do Rio Tâmega, dispositivo do Brigadeiro Silveira — 18 de Abril de 1809 (p. 173); Avanço de Loison para Leste de Amarante — 8 de Maio de 1809 (p. 191); Situação a 8 de Maio de 1809 (p. 193); Marcha de Loison sobre a Régua e manobra de Silveira — movimentos entre 8 e 12 de Maio [1809], (p. 195); Serra do Marão (p. 199); Região de Salamonde e de Ruivães — As pontes de Saltadouro e de Misarela (p. 219); Percurso de Soult entre Paradela e Montalegre (p. 227); a retirada de Soult — 12 a 19 de Maio [1809], (p. 229).

2. Quanto à bibliografia, direi que um estudo que se apoia em mais de uma centena de obras (130, mais precisamente) não pode deixar de nos merecer o crédito que resulta de se aceitar, a partida, que o autor consultou e usou efectivamente essas outras publicações. Não deixarei, porém, de lamentar, entre outras, a ausência de historiadores portugueses contemporâneos, como são os Profs. Doutores António Cruz e Luís António do Oliveira Ramos.

Quando o General Carlos Azeredo tiver acesso à tese de doutoramento do licenciado Domingos de Oliveira, verificará que, apesar do muito que pesquisou, ainda haveria mais alguma coisa a consultar. Aliás, e sempre assim, porque nunca nenhum de nós, investigadores, consegue esgotar tudo o que o tema perspectiva.

3. Afora estas poucas notas que apontam para a falta de um índice de ilustrações para uma pequena, apesar de tudo, lacuna na Bibliografia, o trabalho publicado por Carlos de Azeredo, com o título de *As populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809* merece o nosso maior aplauso.

Tem, desde logo, o mérito de uma linguagem clara, acessível e correcta, sem cedências a plebeísmos nem conotações com falsas erudições. É a linguagem de cada dia, frontal e sem subterfúgios.

Tem, por outro lado, uma clara definição de objectivos que, a nível nacional, regional e local, se traduz num enaltecimento do amor pátrio, de um nacionalismo consciente e contido em vectores que a nossa história configura em épocas, situações e personalidades e que os Portugueses tornaram modulares.

É, em suma, um trabalho útil e necessário, válido e interessante, correcto e oportuno; um estudo que recomendo aos leitores desta recensão crítica, porque se trata de um contributo muito positivo para a compreensão da época, do meio e das gentes do Norte de Portugal

*Fortunato Queirós.*

ANTÓNIO ALVAREZ DE MORALES — *Inquisición e Ilustración (1700-1834)*, Madrid, Fundacion Universitária Española, 1982, 220 pp.

Há já em Espanha grande quantidade e qualidade de estudos sobre a Inquisição. Ainda no passado ano de 84, a editorial *Ariel* reuniu em volume o valioso contributo constituído pelas comunicações de reputados especialistas, no Simpósio Internacional sobre Inquisição realizado em Nova York, em Abril do ano anterior. Talvez a precocidade de Llorente, com a sua célebre *História Crítica de La Inquisición*, tenha sido benéfica, por esta instituição ter aparecido desde muito cedo no país vizinho — num horizonte polémico — como objecto de análise, de cujos resultados estaria dependente a própria interpretação e significado da cultura o da história espanholas. Obra essa de Llorente sempre a situar no contexto politicamente conturbado dos momentos críticos e finais de existência da Inquisição, tendo particularmente presentes as circunstâncias da política interna francesa e dos estímulos a esta fornecidos pelos refugiados espanhóis. ... Apenas um outro aspecto a revelar uma feliz integração no plano global de desenvolvimento de ideias que em *Inquisición e Ilustración* nos propõe António Álvarez de Morales.

Um livro bem organizado e bem pensado este. Didáctico mesmo, sem todavia lhe faltar precisão terminológica e rigor histórico e documental. Por isso mesmo se tornam absolutamente lamentáveis as catadupas de gralhas dessiminadas no corpo do texto e nas notas no final de cada capítulo.

O esquema diacrónico de desenvolvimento impõe-se num trabalho deste tipo; com grande clareza expositiva, — tendo em conta que os círculos ilustrados «*pelo menos nos primeiros sessenta anos do século*» propõem fundamentalmente *reformas de carácter processual*— o autor começa por traçar um «*quadro do funcionamento*» da Inquisição que permita aos diferentes leitores ajuizarem, eventualmente retocando conceitos adquiridos, do «*peso*» social, cultural e económico da instituição nos começos do século XVIII.

No entanto, desde já, seja-nos permitido exprimir a reversa de duas observações.

Parece-nos que o autor, embora valorizando da mesma forma os textos normativos, deveria ler reunido mais elementos informativos colhidos da prática do Tribunal ao longo do tempo (permitindo ao leitor um arreigar ou matizar dos juízos propostos), já que, efectivamente, o grau do nosso conhecimento quanto ao funcionamento e à «*situação*» da Inquisição num dado momento resulta da conjugação desses dois elementos: os textos normativos (as diferentes *Instruções* em que Álvarez de Morales centra a sua atenção) e a verificação prática do seu cumprimento.

Ainda dentro do âmbito deste capítulo primeiro: não sendo evidentemente o regalismo um mero «artigo de importação», tendo por raiz a mudança dinástica operada em Espanha, sem sair o autor das balizas cronológicas propostas no início do trabalho, gostaríamos de poder ver uma maior referência expressa, ainda que sem deixar de ser sintética, à tradição regalista peninsular anterior ao século XVIII — nas suas implicações com a prática e com o estatuído quanto ao funcionamento do Tribunal (sensível ponto de encontro e fricção das esferas eclesiástica e civil) —, já que se avaliarão tanto melhor a especificidade e o impacto da contribuição ilustrada setecentista na evolução do sistema inquisitorial, quanto mais luz se projectar sobre a «*evolução doutrinal*» operada da época dos Reis Católicos e de Carlos I para o século XVII; evolução essa para a qual o autor entende dever chamar a atenção, — mas já no decurso do Cap. III (p. 106), consagrado à segunda metade do século XVIII —, e por isso sem que dela expressamente se ocupe. E nessa «*evolução doutrinal*» no século XVII de Portugal e de Espanha — que papel desempenha a publicação de uma obra como o tratado *De manu Regia*? Em que medida é decisivo o contributo de canonistas como Solorzano Pereira (o único que o autor expressamente nomeia)? Observe-se que no caso destes dois autores, estamos diante de nomes apreciados em Portugal, em ambiente ilustrado, na segunda metade do século XVIII. Porque as suas ideias foram principalmente antecipação teórica audaz de uma prática inscrita na marcha dos tempos?

O Capítulo II, precisamente sobre a repercussão da mudança da dinastia nas relações Igreja — Estado, permite, a partir das tentativas de reforma de Macanaz, perspectivar bem o sentido segundo o qual se procura desde então fazer evoluir a Inquisição: num sentido regalista de inspiração galicana. Assim, — realça o autor —, o Fiscal do Conselho de Castela visava a restrição dos privilégios e imunidades eclesiásticas e a redução da Inquisição a uma jurisdição espiritual, do mesmo passo que reivindicava como regalia privativa da coroa a proibição de livros. A própria jurisdição da Inquisição era apresentada — argumento em voga na segunda metade do século — como um atentado à jurisdição episcopal, já que, como o comprovaria uma prática secular, era aos bispos a quem correspondia velar pela fé dos seus diocesanos (pp. 75-76). Álvarez de Morales deixa aqui claro quanto no horizonte espectacular do Fiscal reformador a ousadia se escudava na tradição borbónica e na oportunidade política pela oposição à política externa divergente da Santa Sé.

Apesar de as sugestões de Macanaz terem sido votadas ao fracasso, mercê das oposições internas e das circunstâncias externas em que se inscreveu o segundo casamento de Filipe V, — a emersão do futuro Cardeal Alberoni disso daria testemunho —, não deixa o autor de realçar quanto esta «lógica» regalista e galicana do pensamento do Fiscal do Conselho de Castela estava destinada a ser no futuro amplamente retomada, com orna condimentação jansenista. E, sem fugir ao âmbito temático que se impôs, e pena que em *Inquisición e Ilustración*, muito especialmente nos capítulos referentes à segunda metade do século XVIII, o autor não tenha querido demorar o seu olhar na «vertente» portuguesa, já que, principalmente neste período, os «casos» das duas monarquias projectam entre si bastante luz e há importantes sincronias e interacções a considerar.

Já em *L'Espagne éclairée de la seconde moitié du XVIII<sup>e</sup> siècle* Jean Sarrailh sentiu necessidade de vincar o papel singular da *Tentativa Teológica* do Padre António Pereira de Figueiredo e do *De statu Ecclesiae* de Febrônio na difusão das teses episcopalistas na Península, e o particular aplauso com que a obra do oratoriano português foi acolhida nos meios ilustrados espanhóis (Cap. VI — 3.<sup>a</sup> parte). Ainda recentemente, num interessantíssimo estudo a partir dos anúncios de traduções portuguesas na *Gazeta de Madrid* — *Images de la culture pombaline en Espagne* (Revista de História das Ideias, IV, T. II, pp. 343-379) — Marie Hélène Piwnik ilustrava o paralelismo das «políticas religiosas» de D. José e Carlos III

corroborado pelo alargamento da receptividade espanhola a importantes obras do «iluminismo oficial» português, particularmente àqueleas que publicadas em Portugal como instrumento de combate e propaganda anti-S. J., se prestavam a idênticos fins no reino vizinho,... dez anos volvidos.

É dificilmente contestável o paralelismo das políticas culturais das duas coroas no século XVIII. Por isso nos parece que as palavras de Álvarez de Morales referentes a Fernando VI facilmente poderiam ser proferidas para caracterizar o reinado mais dilatado do *Magnânimo*: «*Es el reinado de Fernando VI a pesar de todo una etapa compleja y que puede parecer contradictoria, se desarrolla el espíritu de cruzada ya vigente. La Inquisición entra en su etapa de mayor actividad de todo el siglo XVIII, pero por otro lado el regalismo adquiere su mayor virulencia y el país se abre timidamente a las «luces del siglo», iniciándose importantes actividades culturales que incluyen el envío de pensionados a Europa»* (Cap. III, p. 83). Um exemplo mais de sincronia, — ou se se preferir de paralelismo —, desta feita na vasta área de coincidências que oferece a segunda metade do século: a lei que em Portugal em 5 de Abril de 1768 cria a Real Mesa Censória é acompanhada da Cédula do Real Conselho de 16 de Junho de 1768, que, no reino vizinho, visa cercear a actividade inquisitorial em matéria de proibição de livros. Quanto aos planos de estudo da reforma universitária de Carlos III, {uma interessante rubrica, em que o autor, centrando a sua atenção nas Faculdades de Teologia e Cânones, põe de manifesto a debilidade da Inquisição a avaliar pelos autores e obras antes proibidas e agora utilizadas como textos universitários}, não surpreende — mas impressiona — o acervo de coincidências com o *Plano de Estudos* de Cenáculo para a Ordem Terceira da Penitência e, principalmente, com o estatuído para a Universidade de Coimbra. A reforma da Universidade de Coimbra teve grande eco em Espanha, e Marie Hélène Piwnik, que estudou a correspondência de Mayáns — Cenáculo, permitiu-nos já avaliar o entusiasmo com que o mestre valenciano acolheu a doutrina do *Compêndio Histórico*, a partir de fórmulas em que, nessa sua correspondência, Mayáns manifesta vivamente consciência do paralelismo da política cultural dos dois lados da fronteira, do mesmo passo que expressa desejo de que ienham força persuasiva «os bons exemplos» idos de Portugal (*La correspondence Mayáns — Cenáculo, Principaux aspects*. Arquivos do Centro Cultural Português, Paris, 1984, pp. 258-259). De resto, em Espanha, — é caso bem conhecido —, o *Barbadiño*, com o seu *Verdadeiro método de estudar*, finalmente publicado em 1760 na tradução do advogado Maymó y Ribes, viera desencadear uma agitação cultural paralela à polémica provocada em Portugal com a sua publicação em 1746. Pelo que, também no campo do reformismo pedagógico, a influência e precocidade lusa serão de considerar...

Com Carlos III, a Península vive quase em uníssonos sob a sedução francesa; os bispos vivem ou são postos em confronto, pelos «oráculos» do poder, com os exemplos exaltantes de Gerson e Bossuet. Assim, não admira que autores como Natal Alexandre, Fleury e Calmet, nos surjam nos novos planos de estudo das universidades espanholas; com muitos autores, v. g. Mabillon, Gerbert, Lamy, Du Pin, Pierre Nicole, eles aparecem também no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*. A viragem cultural que a sua «adopção» significa nos dois países é indissociável da nova política eclesiástica das duas monarquias: está ao seu serviço. De facto, nestes países, — a curto e a médio prazo pelo menos — dificilmente alguém poderá contestar que as ideias veiculadas pelos teóricos do episcopalismo galicanista e (ou) jansenizante fossem *objectivamente* um serviço ao regalismo absolutista dos monarcas. Que reivindica Frei João Baptista de S. Caetano, na *Censura* do Desembargo do Paço à *Tentativa Teológica* do Padre António Pereira de Figueiredo, ao insurgir-se contra os *curiais de Roma* que fazendo dos bispos «*simulacros pintados*» dos seus predecessores procuravam também despojar «*as mesmas testas Coroadas*» de «*grande parte*

da regalia que o Ceo lhe concedeo!» — Um novo quadro de referências na Ciência Canónica: «Sem estes Livros he frustrado o esperar verdadeiro progresso nas sciencias: entre tanto que os não tivermos serão os nosso Canonistas tão bons Canonistas, como já se conhece que os chamados Filósofos Peripateticos, erão verdadeiros Filósofos. Em quanto elles não tomarem este caminho, bem longe de termos como em França Marca, Gerbais, Gilbert, Hericourt, como em Flandes Van-Espen, em Alemanha Barthel, e outros; teremos muitos Decretalistas, que sem distinguirem entre Decretal, e Decretal, vendo-as todas em humi só Corpo, julgando as todas, como alguns dizem, próximas à Fé, darão igual valor, reputarão do mesmo merecimento aquellas que fazem o horror dos sabios, e as outras que merecem toda a veneração do mundo» (Censura do Padre Mestre Fr. João Baptista de S. Caetano in *Tentativa Theologica*, Lx.<sup>a</sup>, 1976).

No referente à ciência canónica, António Álvarez de Morales mostra-nos o apreço em que em Espanha foi tido Van Espen, fornecendo-nos um eloquente quadro das **iniciativas** empreendidas por Campomanes no sentido de fazer com que os livros do catedrático de Lovaina circulassem livremente em Espanha, uma vez que os mais importantes estavam no *Index* da Inquisição. A propósito dos autores agora inculcados — veja-se a perfeita sintonia com os elogiosos censores da *Tentativa Teológica* do Padre Pereira — Álvarez de Morales regista o significativo depoimento de Mayáns, adepto fervoroso de Van Espen: «cualquiera que no estudie los Canones de la manera que se deben saber, es un mal canonista, doctor de falsas opiniones y adernas de esto, antirregalista». (Cap. III, F., p. 113). Já nas *Cartas sobre a educação da mocidade* — seja-nos permitido insistirmos num cotejo com exemplos portugueses —, apresentadas com data de Paris de 1760, Ribeiro Sanches se queixava: «Eu sei que os livros, que tratam da Origem do poder Eclesiástico, como são as obras do Abbade de Fleury, de Gianoni, Natal Alexandre e outros mais, são prohibidos pela Inquisição; que o Direito Canónico, que se contem no Decreto, Decretais, Sexto, e Clementinas, se ensina, e se crê como de fé nas Universidades, e que quasi todos aquelles que estão empregados nos cargos públicos tomarão o seu grão n'aquella Faculdade; e que todos aquelles que o tomão na Universidade de Coimbra, que jurão defenderão as leis d'ella, que são as Ecclesiasticas (...). Considera V. illustrissima [Monsenhor Salema] que bem executadas serão as Ordens de S. Magestade ordenadas pelo Alvará referido, [Alvará de 28-6-1759 de Reforma dos Estudos Menores] se esta sorte de Doutores forem os executores?» (cd. de Maximiano de Lemos, Coimbra, 1922, pp. 26-27). Ribeiro Sanches, cristão-novo de condição, um dos reformadores do nosso *iluminismo* que, compreensível mente, mais se terá preocupado com o problema inquisitorial, nas *Cartas* diz não persuadir nem aconselhar por então a liberdade de consciência nos domínios do rei de Portugal; procura mostrar todavia, pelo recurso à experiência, as vantagens da tolerância civil e «o prejuízo e o dano que causa á boa educação a Intolerância, e que parece impossível introduzir-se o trabalho e a indústria, como base de hua Monarchia, onde existir esta Lei» (op. cit., p. 91), para logo a seguir, na esteira das correntes jurisdicionalistas, afirmar rotundamente: «Nenhum Bispo, nem Prelado tem poder coactivo, nem mesmo por auctoridade divina: todo o seu poder he espiritual. Os Emperadores Romanos do quarto e quinto século concederão algum poder aos Ecclesiasticos sobre os Seculares Christãos; e este poder se augmentou quando os Bispos vierão em Franca e em Espanha Senhores de terras com jurisdição como vimos assima. Mas este poder que uzarão, e uzão ainda os Bispos, e o seu Appendix que he a Inquisição, he hua usurpação da Jurisdição da Magestade; e he contrario á instituição da Religião Christã» (pp. 92, op. cit.). A lógica de secularização e subordinação da Inquisição ao poder régio que viria a vingar na reforma pombalina da Inquisição de 1774, está já pois claramente inscrita na expressão do ilustre exilado português. A mesma lógica que em Espanha preside às iniciativas e sugestões de reforma da Inquisição.

Apesar de deplorarem os efeitos da severidade censória da Inquisição, os *ilustrados* espanhóis mostravam geralmente admitir a necessidade e vantagem do funcionamento do Tribunal. António Álvarez de Morales fornece para corroborar este asserto uma sugestiva exemplificação. Todavia, como afirma o autor, a realização de uma política reformista passava necessariamente pela eliminação do «*ultramontanismo*» do Tribunal e significava a redução das «*atribuições arbitrárias*» do Santo Ofício e a utilização de métodos de persuasão mais do que de força para assegurar os objectivos previstos, pelo que se procurava que o cargo de Inquisidor Geral fosse recair em bispos ligados aos desígnios do governo (p. 129). Daí que **Flo-**ridablanca, nos últimos anos de poder, numa *Instrução* destinada à *Junta de Estado*, insistisse em que conviria favorecer e proteger o Tribunal, desde que este não usurpasse as regalias da coroa nem se desviasse do seu instituto de «*iluminar caritativamente os fiéis*» perseguindo a heresia, a apostasia e a superstição (p. 133). Enfim, a forte corrente regalista que se continuará a desenvolver, particularmente na última década do século, tem consciência da importância da instituição ao serviço do poder político. Há pois que a conservar... dentro da lógica oficial de reformismo. Daí os sucessivos alvites e iniciativas de *reforma* da Inquisição.

No Cap. IV, sobre a Inquisição durante o reinado de Carlos IV, Álvarez de Morales, tom grande clareza, evidencia o impacto que a Revolução Francesa teve numa maior colaboração trono-altar. Discretamente, vai-nos oferecendo uma percepção de fluir temporal, em que o peso das circunstâncias do momento e da conjuntura externa, grandemente elucidam os fluxos e as travagens das forças anti-ultramontanas. É uma destas travagens — definida pelo autor como triunfo do ultramontanismo, então dirigido pelo próprio Godoy—, que inutiliza os projectos de Jovellanos e de Tavira para reformar o Tribunal (p. 159). Numa mesma linha de pensamento, invocam os direitos das jurisdições episcopal e ordinária usurpados por uma abusiva jurisdição inquisitorial. Tavira propunha ainda que o poder de proibir livros deixasse de pertencer à Inquisição, de modo que o cuidado de defender a religião e os bons costumes não servisse de pretexto para impedir o progresso da ciência — e mais uma vez difícil é não pensar na antecipação (objectivos e meios) do modelo censório pombalino —, defendia que as causas do Santo Ofício fossem julgadas no futuro de acordo com o direito comum, quebrando um secretismo incompatível com o direito de defesa dos acusados, e apelava para a abolição da tortura e para a admissão do recurso para o rei. A secularização, o legalismo, o sentido humanitário — notas da «*ideologia*» *ilustrada*, particularmente em matéria de Direito Penal —, aqui nos aparecem subjacentes, num paralelo flagrante com as posições defendidas por Verney e Melo Freire quanto ao funcionamento do Santo Ofício em Portugal, e que guiaram este juriconsulto na redacção do *Projecto de hum novo Regimento* acusando influencias de Beccaria e Filangieri, dois nomes grandes no pensamento penal «*iluminista*» (Cf. Luís António de Oliveira Ramos, *Da Ilustração ao Liberalismo*, IV, pp. 129-146, Porto, 1979).

A existência atribulada do Santo Ofício, das Cortes de Cádiz até à supressão final, é-nos descrita de uma forma encandeada, viva e clara, ao longo das cerca de trinta páginas do quinto e último capítulo. O autor reproduz com flagrância o ambiente de tensão em que se desferem as grandes pugnas ideológicas do final do Antigo Regime, e a qualidade da informação bibliográfica — uma constante de toda a obra —, garante a fidelidade da «reconstituição». No entanto, dada a delicadeza de um tema que continua com forte capacidade de excitar o envolvimento afectivo do historiador consoante a sua formação ideológica—, parece-nos que será de evitar a aceitação de uma terminologia que possa perpetuar conotações pejorativas ou denotar uma qualquer simpatia «militante» por um dos contendores nas pugnas da história e da cultura; tal o caso do adjectivo *servil* para classificar os deputados

renitentes à abolição da Inquisição, e a historiografia que considerou essa abolição pelas Cortes como uma medida anti-religiosa (p. 183). Se esta medida *objectivamente* o foi... o problema não será simples..., e deve evitar-se que, no legítimo combate aos excessos da historiografia anti-liberal se estejam a oferecer argumentos a que outros nos possam acusar de parcialidade, ou, de muito simplesmente, incorreremos nos excessos da historiografia liberal. De resto, revelando o autor — particularmente a propósito da influência do jansenismo na Península, assinalável precisão e rigor terminológico —, esta observação mais se justificará.

Ao que fica dito — sobre o franco e largo interesse da obra — será supérfluo acrescentar mais palavras. Terão talvez ficado já sublinhadas, nas várias reflexões, as muitas vantagens que o leitor português poderá tirar da sua leitura. Na Península, as «*luzes*» conheceram também o caminho de ocidente para leste. Oxalá os historiadores da cultura espanhola e portuguesa — especialmente da *época da Ilustração* (período privilegiado de diálogo e intercuro cultural entre os dois países) — descubram *definitivamente* a vantagem e a necessidade de olhar dos dois lados das fronteiras.

*Pedro Vilas Boas Tavares*